

ATA NÚMERO DEZASSETE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos vinte e cinco dias de mês de setembro de dois mil e vinte, pelas 09:30 horas, reuniu o Plenário da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

I – Período Antes da Ordem do Dia:

II – Ordem do Dia:

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

2 – Atribuição e ratificação de subsídios – Juntas / Uniões de Freguesias – (alínea j), do n.º 1, artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro);

3 – Atualização dos valores – Acordos de Execução das Associações de Freguesias;

4 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Almeida;

5 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Saúde de Almeida;

6 – Projeto de Regulamento Orçamento Participativo de Almeida;

7 – Moção Apoio à Construção do IC6, IC7 e IC37;

8 – Moção - Regionalização;

9 – Convênios de Constituição – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa;

10 – Estatutos – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa.

III – Período de Intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências por motivo justificado dos Senhores Dr. Henrique Vilhena Pereira da Silva, Dr. João Luis Gonçalves de Frias Terreiro, António José Vieira de Frias, Carlos Alberto Pinto Neves e Aguiinaldo Morgado Martins.

Minuto de Silêncio:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de iniciar os trabalhos recordou que no passado dia 13 de julho faleceu a colaboradora da Assembleia Municipal Ana Paula Alves Bispo Madeira que, pese embora não fosse membro da Assembleia prestou apoio durante muitos anos à Assembleia, nomeadamente ao

Presidente, Secretariado e de um modo geral a todos os membros da Assembleia Municipal.

Foi uma morte que a todos tocou, ficando consternados com o seu desaparecimento, tendo sido um duro golpe para a família e amigos, deixando-nos muito tristes, e em sua memória propôs um minuto de silêncio.

O Senhor Presidente da Câmara fez dele as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal informando de que, tinha falado com a Paula poucos dias antes e a sua esperança de viver era total e se calhar não consciente do problema grave que tinha. Foi de uma forma muito sentida que o minuto de silêncio que foi feito em sua homenagem foi bem merecido.

Aprovação da Ata nº. 16 da Assembleia Municipal:

Após feitas pequenas correções de pormenor o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata número 16 (dezasseis) de 26 de junho a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Atas da Câmara:

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, disponibilizou as Atas da Câmara para consulta.

Correspondência:

O Senhor Presidente da Assembleia seguidamente disponibilizou também o Relatório Semestral do ROC, respeitante à Contabilidade do Município.

O Senhor Presidente deu também conhecimento da informação subscrita pela Sr^a. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e pelo Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, na qual referem que terá lugar em todo o País no próximo dia 13 de outubro o processo de eleição indireta dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que decorrerá entre as 16:00 e as 20:00 horas.

Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia informou de que, se irá realizar uma Assembleia Extraordinária, aproveitando-se também para serem analisados outros assuntos.

I – Período Antes da Ordem do Dia:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém desejava usar da palavra.

Inscreveram-se os senhores que se indicam apresentando as seguintes questões:

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula foi dito que, foi com agrado que viu no faceboock que, a obra da Balança de Vilar Formoso irá estar pronta durante o corrente mês, perguntando para quando a construção da Balança em Vale da Mula.

Mais referiu que, no dia 12 de agosto deu entrada na Câmara Municipal um projeto do telhado da Antiga Escola Primária, em Vale da Mula e ainda não obtiveram qualquer resposta, perguntando em que ponto de situação, se encontra o referido projeto.

Pelo Senhor Joaquim Lages foi perguntado se já foram tomadas algumas medidas sobre a Criação de uma Zona Franca no Concelho de Almeida.

Pelo Senhor Presidente da Freguesia de Castelo Bom foi dito que, na reunião da Assembleia Municipal realizada em Vilar Formoso, colocou o problema dos cães vadios que, continuam a circular no nosso território e que ainda ontem um agricultor o alertou que viu oito ou nove cães vadios perguntando, se a Câmara já tomou algumas providências e quais.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi dito que, no início do ano letivo deparou-se com o encerramento da linha de transportes públicos em autocarro que liga Vilar Formoso à Guarda que, servia o Concelho e com início no Concelho vizinho, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara sobre qual a resposta da TRANSDEV.

A outra questão que colocou ao Senhor Presidente da Câmara foi sobre qual o ponto de situação em relação às casas do Alto dos Pinhos à entrada de Vilar Formoso.

Informou de que em 5 de julho de 2019 foi enviado um e-mail para a Junta de Freguesia, dizendo que já haviam sido dadas indicações aos Serviços Técnicos para o início do processo de demolição das casas que existem no terreno e estão a ser ocupadas por pessoas. No último mês e além de estarem a ser ocupadas as referidas casas está também a começar a vedar-se o terreno, perguntando porque é que as casas ainda não foram demolidas e o que a Câmara está a fazer para resolver o problema.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, foi lido o documento que se transcreve:

“Para conhecimento de todos os presentes a União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela adquiriu um terreno no Porto de S. Miguel na margem esquerda do Rio Côa, com cerca de 12 ha. Este mesmo terreno tem todas as características necessárias para implantação de uma praia fluvial / parque de merendas / parque de campismo. Ao longo da sua extensão, possui um “espelho de água” com cerca de 700 m de comprimento e uma largura nunca inferior a 80 m.

Por vontade do executivo da União de Freguesias que presido, por vontade da população da União de Freguesias e de outras Freguesias vizinhas, como por exemplo a Freineda e também pela vontade de muitos populares do concelho dever-se-ia avançar com uma praia fluvial neste local, pois seria uma mais-valia para o concelho uma vez que não possui nenhuma infraestrutura desse tipo.

Uma vez que temos um dos rios menos poluídos da Europa, este deveria ser aproveitado e ser uma marca para o concelho, e como me disse várias vezes o colega autarca Luis Fonseca, o Rio poderá ser o nosso futuro e vir a ser uma forma de combater o despovoamento e contribuir para reverter a atual situação. Está na altura tentarmos, criando zonas de conforto / lazer para que as pessoas se fixem mais na nossa região para que possam abrir o seu próprio negócio, tanto a nível de restauração como do alojamento local, por exemplo. Estamos numa ótima zona para receber turistas de toda a Europa, pois estamos na fronteira mais importante do País e na principal zona de passagem. Devemos por isso criar condições e infraestruturas apetecíveis para que a população e os turistas fiquem no concelho durante dias e não o façam só como passagem quase obrigatória.

Contudo gostaria de questionar o Município de Almeida se está disposto a ajudar e a participar para que este desejo se realize e seja uma realidade a curto prazo?

Em relação a outro Assunto:

O nosso concelho cada vez mais, vive e vai sobrevivendo da agricultura, pois é das únicas fontes de rendimento produtivo para a população, infelizmente. Verificamos, cada vez mais, o aumento de população animal no Concelho de Almeida e em outros concelhos ligados à OPP Acrialmeida, por isso, acho que está na hora destes agricultores serem ajudados pelo Município.

Essa ajuda poderá ser feita na criação de um parque de leilões, para que possam ser vendidos os animais, dando escoamento ao bom produto que temos no concelho.

Essa qualidade está comprovada, pois os nossos animais são procurados em mercados / parques de leilões próximos e na generalidade são mais valorizados que os de outros concelhos vizinhos. Infelizmente como não existe a nossa própria marca no concelho, tendo alguns dos animais qualidade de excelência estes são servidos à mesa em Restaurantes de outras zonas do País, como por exemplo a Posta Mirandesa, ou também como a Vitela de Lafões.

Provavelmente alguns de vós não tem conhecimento, mas nos últimos 2/3 anos o Leilão do Fundão funciona com cerca de 60% de animais cujos produtores estão ligados à OPP – Acrialmeida. No Leilão do Sabugal, só não acontece isso porque as inscrições para os concelhos vizinhos estão sempre limitadas, isto significa que neste momento conseguimos ter animais para fazer um leilão mensalmente no nosso concelho sem qualquer dificuldade.

A meu entender, como autarca, como produtor de animais, seria uma grande aposta para o Município adquirir a Antiga Fábrica existente no Alto do Freixo / Alto de Leomil e fazer daquelas instalações um Parque de Leilões para animais, podendo aquele espaço ser também utilizado como mercado mensal, feiras e exposições agrícolas, etc. Tem uma ótima localização estando próxima da A25, junto à Estrada Nacional 16 e junto à Estrada Nacional 324, próximo de Espanha, estando no centro de concelhos vizinhos como Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal e Guarda.

Posto isto e para terminar, digo que nós no nosso concelho temos a localização ideal, temos qualidade no que produzimos e no que fazemos, temos algumas condições que muitos Municípios desejariam, só não estamos a aproveitar o que temos de bom.

Espero que ao fazer esta intervenção não me interpretem mal e espero que não pensem que estas palavras são uma reprimenda para quem governa e dá a cara pelo concelho. Estas palavras têm o objetivo de nos unirmos, de trabalharmos todos para o mesmo fim, de forma coesa, para que possamos realizar projetos imprescindíveis para o concelho de modo a revertermos esta situação de despovoamento, desconforto e revolta que se vive na sociedade deste nosso interior.”

Pelo Senhor José Guilherme Abranches foi dito que, a sua intervenção era apenas para agradecer o voto de rápidas melhoras que lhe foi desejado e informou de que felizmente está tudo a correr bem.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que, a Balança de Vilar Formoso está concluída e a parte funcional é necessário operacionaliza-la, tendo já iniciado contatos com a Associação de Agricultores de Almeida no sentido de fazer chegar aos agricultores um cartão para iniciarem as pesagens, ou formação de pessoal para o efeito, porque possui um sistema eletrónico RFIDI o qual faz uma leitura direta

do cartão. O processo irá iniciar-se de uma forma gratuita até dez pesagens, mas que depois estará associado o custo de 1,00 € (um euro), por pesagem, mas o principal é iniciar-se o processo o mais rápido possível recorrendo-se a parcerias com as Associações de Agricultores, deixando também a possibilidade a outros empresários de poderem levantar o cartão inicialmente de forma gratuita e ser transversal a todos os agricultores e empresários do concelho.

Relativamente às Balanças de Vale da Mula e do Alto de Leomil mantem-se a intenção do Município, conhece o local onde pode ser implantada em Vale da Mula, bem como da possibilidade de outro local que já foi identificado para o Alto de Leomil, podendo, no entanto, vir a ser revisto.

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou ao Senhor Diretor de Departamento – Engenheiro Xavier para se pronunciar sobre o pedido efetuado pela Junta de Freguesia de Vale da Mula, sobre a Antiga Escola de Vale da Mula, o qual referiu não ter conhecimento de nada e que um projeto não se apresenta por e-mail.

Mais informou que, relativamente a isso, só tem conhecimento de em fevereiro ter respondido a uma proposta de honorários e de execução e para além de ter lá ido fisicamente com o Senhor Presidente da Junta onde prestou alguns apontamentos relativamente à intervenção a realizar, mas em relação a projetos não tem qualquer conhecimento.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, é do seu conhecimento a pretensão do Presidente da Junta de Vale da Mula fazer a intervenção não a prevista junto ao salão para ampliação de uma cozinha, mas neste caso da construção e melhoria da parte da cobertura da Antiga Escola Primária que, tem conhecimento e também viu que era para ser validado o projeto e ser vertido no protocolo de delegação de competências, mas se o Senhor Engenheiro Xavier não o viu, irá com certeza vê-lo podendo até o projeto ser-lhe entregue em mão para rapidamente se poder responder à Junta de Freguesia de Vale da Mula.

Sobre a Zona Franca esclareceu que, o projeto que também está para ser aprovado hoje é um trabalho que tem vindo a ser feito juntamente com parceiros Espanhóis vizinhos, nomeadamente Fuentes de Oñoro e Ciudad Rodrigo e essa possibilidade foi feita junto do Governo em reuniões que têm sido feitas neste período de confinamento e por isso é que foi dado um maior impulso à Eurocidade. Mais informou que esteve em várias reuniões da Eurocidade que ainda não está constituída, mas foi aceite no grupo de trabalho a nível de todo o País, tendo oportunidade de participar e ver quais eram as intenções que estavam a ser pensadas para o Território, tendo havido recentemente publicações na comunicação social dos projetos e estava anunciada para Cimeira Ibérica e serem apresentadas as linhas estratégicas, que são do seu conhecimento não de uma forma totalmente oficial e se entretanto houve alguma alteração, mas conhece o DRAFT inicial com as medidas que constam do mesmo e foram colocadas no Convénio.

Mais informou de que a Zona Franca depende duma vontade muito grande da parte das Autoridades e não é fácil fazer. Acrescentou dizendo que há colegas do Distrito que também teriam esta pretensão de a poder propor. Não deixará de falar de uma Zona Franca Económica, porque também é sua intenção criar uma Zona Franca Cultural que está a ser debatida há vários anos.

Na Zona Franca de que se está a falar estão a ser dados passos, mas é preciso que, por parte de quem tem essa decisão, abra um caminho para que tudo aconteça e essa possibilidade já foi colocada em reuniões.

Relativamente aos cães vadios referiu que, quando os assuntos são debatidos na Assembleia as atas chegam aos Serviços e respetivos responsáveis e que novamente, irá fazer chegar a indicação do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom. A Câmara possui alguns dispositivos para fazer capturas, mas não tem condições para albergar todos os animais, existe um projeto do qual já foi várias vezes falado, informando de que, ainda ontem chegou um parecer da DGAV, colocando algumas questões, mas espera ainda lançar o projeto para poder dar resposta de uma forma mais condigna.

Na parte da captura irá pedir ao Veterinário Municipal para em articulação com o Senhor Presidente da Junta de Castelo Bom poderem conseguir efetuar a captura dos cães vadios.

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, sobre a Linha de Transportes Públicos em Autocarro – Escarigo / Almeida / Vilar Formoso / Guarda, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, já todos ouviram falar de um sistema que é o PART e que permitiu a redução tarifária dos passes que os cidadãos que utilizam os transportes públicos puderam ter uma redução das tarifas. Redução essa que foi feita principalmente em Lisboa e no Porto, e esses sim tiveram acesso a reduções muito grandes. No Interior foi injetado dinheiro para também acontecer essa redução tarifária nos passes e no Concelho de Almeida os cidadãos não usufruem dela porque também não há utilizadores constantes nas linhas de transportes públicos. Com o Covid e encerramento de algumas das linhas e a diminuição de procura houve da parte do Governo um mecanismo de apoio às transportadoras que têm as licenças / autorizações emitidas pelas autoridades de transportes e nestes casos as Comunidades Intermunicipais e as Câmaras Municipais e no caso da de Almeida foi delegada na Comunidade Intermunicipal essa competência e o que está a acontecer é que sobre o referido mecanismo de apoio que foi criado há visões muito diferentes daquilo que os transportadores estão a solicitar como apoio para garantia desses trajetos e aquilo que estariam dispostos a pagar para a continuidade dessas carreiras. O trabalho está a ser conduzido, dizendo que, participou numa reunião da Direção da CIM, com o Senhor Presidente e a parte Técnica há dezoito dias em que também estava a Câmara com problemas para aprovação dos Circuitos do Concelho que possibilitam a parte dos Transportes Escolares e após muito esforço conseguiu-se que a AMT emitisse o parecer favorável da proposta de lançamento de concurso publico internacional para a aquisição desse serviço, vendo-se a Câmara obrigada a lançar um concurso público urgente, porque o concurso público internacional não conclui no prazo que deveria ser concluído, houve a relutância da parte dos operadores em os fazerem, exigindo em trajetos onde não era feita nenhuma compensação que as houvesse e o que está a acontecer é que veem do limite de Figueira e param no limite do concelho porque o que a Câmara fez foi dar a garantia que até ao limite do concelho faz o pagamento de acordo com o procedimento que fizeram. Na reunião da CIM, solicitou e porque no momento teve um telefonema da AMT, aproveitando para pedir uma reunião para a CIM e na segunda feira é que a AMT confirmou que, neste período, ainda tem que ser feito o pagamento às operadoras licenciadas para fazerem esse trajeto não definindo regras, nem formas de atuar, dizendo que, haverá auditorias que possam vir a controlar a questão desses montantes, podendo haver devoluções de dinheiro que possa ter sido pago a mais ou pagamentos que tenham sido feitos a menos.

Mais informou o Senhor Presidente que, se iniciaram conversações com os operadores, tendo eles parado unilateralmente sem aviso prévio. Com o início dos Transportes Escolares começaram a fazer a parte onde tinham garantias de recebimento. O Senhor Presidente colocou essa questão à CIM, estando em negociação do valor a pagar com acordo entre as Operadoras e a Entidade Responsável de Transportes para que os trajetos sejam repostos e a informação que tem é de que é para ser breve, mas ainda não está a acontecer, no entanto, a situação pode ficar resolvida em relação ao transporte porque a questão ainda vai durar algum tempo, porque certamente haverão auditorias e formas de fiscalização para que sejam feitas de uma forma justa, porque o Senhor Presidente também tem algumas dúvidas sobre as formas de apoio.

Mais referiu que, a injustiça que está a acontecer é que Lisboa recebeu um montante de noventa milhões de euros para resolver essas questões, o Porto vinte e quatro milhões e a CIM cento e vinte mil euros para o mesmo efeito, o que dá uma diferença de cinquenta euros por habitante para Lisboa, 24 para o Porto e seis para a Comunidade Intermunicipal, o que se traduz numa injustiça muito grande o que está a ser feito, viabilizando os transportes nas cidades, esquecendo-se do Interior.

Em relação aos terrenos do Alto dos Pinhos, o Senhor Presidente informou de que, recebeu a comunicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, tendo comunicado aos Serviços Técnicos. Sabe que foram dadas ordens à Fiscalização para se deslocar ao terreno e levantar os respetivos autos, não sabendo se o Senhor Engenheiro Xavier já tem mais informação.

Mais referiu que, efetivamente e com a comunicação do Senhor Presidente de Junta foi reiniciado diálogo sobre as questões antigas, havendo uma informação dos Serviços no sentido de haver as demolições, tendo sido identificadas algumas para início com os próprios meios, deu ordem para se avançar e ser feito o respetivo relatório para ser presente em reunião de Câmara e ser tomado conhecimento e decisão definitiva para a totalidade dos edifícios por forma a resolver a situação que não é fácil.

Respondendo ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, informou de que, concorda, no entanto, acrescentou que é uma estratégia que está delineada e também pensa dessa forma, não só para a zona de Castelo Mendo como também para a zona da Freineda (Porto de S. Miguel) e pensa para a totalidade do Rio. Não é um trabalho que, se possa fazer isoladamente, mas sim de parceria com as Juntas de Freguesias, Associações, privados que se possam interessar pelos projetos.

Informou de que, há algum tempo reiniciou contatos com empresas e técnicos especialistas nessas matérias para se encontrar um caderno de encargos para se fazer um estudo do Rio Côa, Ribeira das Cabras, Ribeira dos Tourões e outros interesses hídricos no Concelho, que também há na zona de Vale de Coelha, Vale da Mula e S. Pedro do Rio Seco, com possibilidades de também poderem ser estudados esses projetos que são antigos e podê-los retomar.

Sobre a questão que foi levantada sobre o Rio não tem dúvidas e está na estratégia da Câmara Municipal e é um dos objetivos que vai ter que perseguir insistentemente. Vai ser um processo moroso e contínuo de melhoria dos espaços até se chegar a ter as praias fluviais, começando com espaços de merendas, de diversão até ao estatuto de praia de fluvial. Acha que o trabalho deve ser feito até se atingir esse objetivo, dando conhecimento aos especialistas na matéria das possibilidades que existem para serem feitas intervenções.

o 1

Sobre a questão dos agricultores e o outro desafio que foi lançado sobre a possibilidade de haver no Concelho um Parque de Leilões, é um assunto que foi diversas vezes conversado, tendo manifestado sempre disponibilidade para assim ser e em parceria com os agricultores, porque a Câmara não o fará por si só e diretamente, devendo ser os agricultores a identificarem o local, a dimensão e o funcionamento do mesmo e trabalhar no sentido de poder ser feito de forma viável para que não seja subsidio dependente e possa funcionar com a real venda. Acredita que haja esse potencial e a última comunicação que recebeu da parte da ACRIALMEIDA, foi de um pedido de ajuda para a vacinação, estando identificadas quase 15 mil cabeças de gado, o que quer dizer que, existe uma produção anual de cinco mil ou mais cabeças para poderem entrar no mercado. Existe viabilidade de tratar dessa questão, pois é um estudo que, deve ser feito e o local deverá ser encontrado com os agricultores, estando a Câmara disposta a colaborar com a Associação para atingir esses objetivos.

Sobre a marca que irá ser feita referiu que, é um trabalho difícil porque existe uma grande disparidade de raças que são criadas no Concelho, mas é caminhando que se faz o caminho, concordando também que se possa fazer trabalho para essa questão.

Em relação ao Senhor Deputado Municipal José Abranches, o Senhor Presidente deu-lhe as boas vindas, desejando-lhe muita saúde.

Pelo Senhor Joaquim Lages foi perguntado se em relação ao Parque de Leilões, deveria ser a ACRIALMEIDA a implementar o projeto.

O Senhor Presidente informou que, eventualmente poderia ser, devendo as reivindicações dos agricultores, ser preferencialmente colocadas na Assembleia Geral da Associação, ou outras Instituições que os representem.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, foram dados os parabéns ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, pela excelente intervenção que fez, dignificando a Assembleia Municipal com ideias e propostas e sobre o assunto solicitou os seguintes esclarecimentos:

Ao contrário do Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade Monteperobolso e Mesquitela, não tinha a ousadia de dizer o que já fez no Porto de S. Miguel ao longo de todos estes anos e não tem essa ousadia porque tudo o que fez infelizmente e arriscou dizendo-o que foi feito de forma ilegal e clandestina, arriscando como Presidente de Junta, mas fê-lo porque gosta da zona, tem ali a história de grande parte da família, com grande afetividade pelo local, achando que merecia outro tratamento e quando diz que fez refere-se ao longo de 10, 11, 12 anos como Presidente e Secretário da Junta de Freguesia de Freineda. Ficou também muito contente de ouvir e foi uma promessa que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito relativamente à qualidade da Água do Rio Côa, tendo conhecimento que a qualidade da água não é má, mas que poderia ser melhor e nesta Assembleia já foram identificados os problemas de poluição do rio a partir da zona da Freineda, uma vez que, a montante Malhada Sorda e Miuzela esse problema não se coloca. A respetiva intervenção vai no sentido de haver uma série de constrangimentos legais para que, se possa fazer alguma coisa no Porto de S. Miguel, em virtude de ser uma zona de alagamentos, não percebendo muito a estratégia do Senhor Presidente da Câmara que, é a de se fazer aos poucos, construir um espaço, mas como é que se vai fazer? continuam os Presidentes das Juntas a arriscar a

fazer intervenções, sujeitos a ser penalizados e seriamente, por isso não percebeu qual a estratégia de futuro.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, queria que houvesse um Plano, em que as entidades têm de ser auscultadas e aprovado o plano por forma a permitir avançar com as intervenções de uma forma legal e sem as restrições que agora existem, não pondo de parte que alguns projetos avancem de uma forma diferente, dando por exemplo o caso da Miuzela com o início do projeto de execução e o caso de Malhada Sorda, em que foi paga uma linha elétrica até à zona do Rio e se, se conseguir dar passos para que, as coisas possam ter uma evolução para esse fim, devem os mesmos ser dados.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, tem recebido muitas críticas da população e é para isso que também está, deixando bem claro que, a situação da Freineda e Castelo Mendo não é igual à da Miuzela e à da Malhada Sorda. Na questão da Freineda há uma série de constrangimentos legais, nomeadamente a nível de Planos Nacionais.

Referiu que, há pouco tempo esteve no local com o Senhor Presidente, mas já tinha estado antes com o Senhor Vice-Presidente e com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira e foi-lhes transmitida exatamente esta mensagem. Para desbloquear os constrangimentos no Porto de S. Miguel, nem a Junta de Freguesia de Freineda nem a União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela têm capacidade de o fazer, nomeadamente capacidade financeira e se quiserem fazer alguma construção permanente naquela zona, e já esteve na CCDR mais do que uma vez e obrigam-no a fazer a construção quase na Estação da Freineda, portanto para desbloquear esse processo tem que haver uma vontade política e isso está nas mãos da Câmara. Tem que haver de facto empenho da Câmara, dos Serviços Técnicos e o de muita gente que, está a um nível superior ao de um Presidente de Junta de Freguesia de Freineda ou de União de Freguesias porque nenhum lá consegue chegar e enquanto esse passo não for dado andam a falar que, os locais são muito bonitos têm um grande potencial. Mais referiu que, o Senhor Presidente da Câmara esteve no local com ele e com Presidente da União de Freguesias de Amoreira e puderam verificar que, após pequenos arranjos que foram feitos, a quantidade de pessoas que estavam no local e foi porque não foi feita qualquer divulgação.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, não tem dúvidas que o motor do processo terá que ser a Câmara e é essa a sua intenção senão não teria colocado esse projeto como um dos principais de intervenção no mandato a que se propôs, sendo um dos três principais e que acabou de informar foi de que, já existe trabalho nesse sentido de poder haver um Caderno de Encargos para se poder lançar um procedimento de contratação que fique um estudo da parte dos Recursos Hídricos do Concelho e se identifiquem intervenções nos locais já identificados, desde o início do Rio na Miuzela até ao limite do Concelho na Fonte Santa e são vários locais onde é possível fazer, havendo depois essa vontade de trabalho de parceria e é isso que também pretende fazer.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira acrescentou que, parece complicado, mas deviam-se restringir-se a uma única coisa que é a zona de alagamento e é detetado que aquilo não é nenhuma zona de alagamento é ridículo o que está feito para aquele local como zona de alagamento e quando o Presidente da Junta de Freineda diz que, tem que construir na zona da Estação tem a ver com essa mesma zona e o que se pede é que os Serviços Técnicos começassem já a

trabalhar para a retirada da zona de alagamento e isso já era um passo muito grande para que, no verão seguinte já pudesse haver algo no local.

Pelo Senhor Presidente foi explicado que a definição de REN não é o Município que a faz, ou que a propõe, existindo uma entidade própria que trata dela.

Pelo Presidente da União de Freguesias foi dito que, se deve informar essa entidade que, aquilo não é zona de alagamento.

Pelo Senhor Presidente foi dito que, tem que haver um plano e um projeto aprovado pelas Instituições e depois fazerem-se as intervenções e dessa forma podem ser executadas pequenas instalações de apoio, não havendo qualquer tipo de constrangimentos e até pode haver projetos com outras técnicas de construção que não façam utilização direta do rio para haver o espaço balnear e ser utilizado para zonas de lazer.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom foi dito que, sobre o assunto teria de haver uma reunião e pensar no Rio Côa com todas as Freguesias confinantes e o que fazer em cada uma delas, por forma a ser mais abrangente e explicou que o Concelho do Sabugal tem doze praias fluviais e o Concelho de Almeida tem a da Miuzela que está minimamente equipada.

Mais referiu que, não são precisos grandes espaços, mas tem que se saber o que fazer em cada um deles.

Referiu que, há algum tempo foi mandado um mail para as Juntas relativamente aos trilhos, os passeios a cavalo, mas para isso tem que haver o mínimo de infraestruturas de apoio para esses trilhos e passeios, pensando em cada uma das Freguesias, não falando em grandes obras, mas sim no mínimo de equipamento e com maior abrangência para as Freguesias.

Pelo Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, há doze anos dirigiu-se à CCDR com o Alves para se tentar implantar o que o Presidente de Castelo Bom acabou de dizer e foram vistos todos os constrangimentos do Plano Hidráulico Nacional e quando se chegou à zona da Freineda não havia nada. Apresentou um projeto que provavelmente não foi aprovado por sua culpa, um prémio da Vox Populis, onde refere as valências e importância do Rio Côa, está documentado e isso são projetos de futuro e defende-os. Achando também que e puxando a brasa à sua sardinha, se para resolver o problema específico da Freineda / Castelo Mendo estiver à espera de um Plano e de um Estudo feito com todos os recursos hídricos municipais, pode esperar sentado ou acaba por se cansar.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, se deve fazer trabalho para as coisas aparecerem para depois se poder trabalhar à vontade e não haver as restrições que o Senhor Presidente de Freguesia de Freineda acabou de levantar. É preciso dar passos e nesse sentido está com disposição de o fazer.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Diretor de Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, o qual referiu que, sobre os edifícios à entrada de Vilar Formoso a questão já foi abordada há cerca de três anos, em que se pronunciou sobre a demolição daqueles edifícios que foi um presente envenenado que a antiga construtora do IP5 deixou à Câmara e com o seu parecer desfavorável. Nesse documento propôs a demolição dos edifícios porque se trata da entrada de Vilar Formoso, porque a utilização é indevida e é abusiva e mais recentemente na sequência do mail da Junta de Freguesia, ontem deslocou-se um funcionário ao local, fotografando o que lá existe, hoje há a pretensão de vedar com arame farpado, mas o que importa referir é que as pessoas que estão a utilizar aquele espaço não são fáceis e como o Senhor Presidente disse, irá reabrir-se o processo no

sentido de esta situação ser apreciada em reunião de Câmara com vista a uma decisão final, sobre a utilização indevida e sobre os edifícios que, como já referiu irá propor a sua demolição, por questões ambientais e de evitar e dissuadir utilizações abusivas.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foram solicitados mais esclarecimentos, dizendo que, o Senhor Engenheiro Xavier iria dar um parecer no sentido da demolição dos edifícios, mas ele tem um mail de 05 de julho de 2019 que, refere que o Senhor Presidente da Câmara pede para se dar início ao processo de demolição, por isso não consegue entender.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi esclarecido que, durante um hiato de tempo tinha havido uma informação dos Serviços que não a leu, mas agora retomou-se o processo, informando que, deu indicação para a demolição dos edifícios não ocupados e agora para os edifícios que estão ocupados, foi pedido um parecer aos Serviços Técnicos e ser presente à reunião da Câmara para decisão.

Não havendo mais nada a tratar antes do período da Ordem do Dia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a expor os assuntos agendados na Ordem do Dia.

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto referiu que, o documento é claro e refere-se à dívida que existia aquela data e a situação financeira do Município continua a ser boa.

Informou que, algumas das obras que, entretanto, estão no Plano encontram-se em curso, outras encontram-se em fase de conclusão e outras estão a ser lançadas e em fase de contrato, nomeadamente redutores de velocidade, conservação da sinalização horizontal e conservação rodoviária, reparação do interior da Piscina Municipal de Almeida, com um maior investimento do que o pensado inicialmente, processo de reparação da cobertura que está a decorrer e a reparação do Gimnodesportivo em fase de concurso.

Mais informou de que, apesar da fase de confinamento é notório o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal nas diversas valências no sentido de melhorar o que existe no Concelho.

2 – Atribuição e ratificação de subsídios – Juntas / Uniões de Freguesias – (alínea j), do n.º 1, artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, começou por referir que, há dúvidas na interpretação da legislação, mas em função do parecer da CCDR que diz “É da competência exclusiva da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias, incluindo a atribuição de subsídios nos termos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25º, do anexo I da 75/2013, de 12 de setembro. A competência conferida à Câmara Municipal pelo disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 83º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro da redação da Lei 69/2005 de 16 julho visa enquadrar o apoio do Município a outras entidades e organismos que não as Freguesias. No que respeita a estas Autarquias é competência exclusiva da Assembleia Municipal,

sob proposta da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações incluindo a atribuição de subsídios nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.”

O Senhor Presidente disse que, é com base no conhecimento que, entretanto, houve sobre o assunto e com o presente esclarecimento não restam dúvidas que os subsídios a atribuir às Freguesias, são da competência da Assembleia Municipal.

Assim sendo propõe que, seja tomado conhecimento do parecer respeitante a um apoio à Junta de Freguesia de Nave de Haver, tendo em conta o acompanhamento que foi feito à intervenção na Praça de Touros e que já tinha sido aprovado o apoio pela Assembleia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Para aprovar o Senhor Presidente apresentou o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Freineda respeitante às Instalações Sanitárias de Santa Eufémia, no montante de 660,00 € (seiscentos e sessenta euros).

Para ratificar foi presente um subsídio atribuído à União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha, respeitante à viagem em bicicleta que um conterrâneo efetuou deste França até à Miuzela,

Para ratificar foi também presente um subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Vilar Formoso, respeitante à segurança da realização da Feira Mensal.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, como manifestou na última Assembleia a interpretação da Lei mantém-se exatamente na mesma e o parecer que o Senhor Presidente diz que é claro a ele não lhe diz nada diferente do que pensa, o parecer diz o que diz a Lei e a Assembleia deve deliberar sobre as formas de apoio, se é um subsídio, se é um contrato interadministrativo, se é uma delegação de competências, formas de apoio, não os valores em causa, o parecer não o contraria em nada daquilo que já pensava, aliás tudo fica na mesma, mas não é jurista e se calhar seria bom tê-lo para um melhor esclarecimento.

Em relação à atribuição do subsídio à Junta de Freguesia de Freineda, respeitante aos sanitários, mostrou o seu desagrado, porque foi um processo mal conduzido, tendo-se limitado a fazer o que lhe pediram, no entanto, enviou um ofício em 28 de janeiro de 2020 a pedir o referido apoio sem obter qualquer resposta. Depois disso e mais recentemente enviou um e-mail, perguntando porque não tinha resposta, não obtendo qualquer informação e agora vem o documento à Assembleia sem o parecer dos Serviços Técnicos e só agora volvidos nove meses é que está a ter conhecimento que dos 2.669,10 € dum complemento de um projeto pedido pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal a Junta de Freguesia só vai receber 660,00 €, pensa que não é correto e poderiam ter-lhe dado esta informação. Felizmente pode dizer em abono da verdade que já sabia disto, mas informalmente, porque telefonou ao Engenheiro Xavier e o importunou durante as férias o qual teve a amabilidade de o atender. Como Presidente da Freguesia e quando pede um esclarecimento não gostaria de ter como resposta conhecimento de que foi enviado um mail para os Serviços Técnicos a pedir para se reunirem, porque ele não tem nada que reunir com o Engenheiro Xavier, porque não vai mudar as suas decisões técnicas. Manifestou o seu desagrado por achar que não custava nada na altura que pediu, “chutarem para canto” que é o que lhe parece que aconteceu e só na Assembleia Municipal é que vem a saber o valor que lhe vão atribuir que, é nem um terço daquilo que a Junta de Freguesia pagou e que lhe tivessem logo dito que, a ideia da Câmara era pagar apenas 660,00 € o que é menos do que nada.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, as últimas palavras que disse foi as que teve como informação era preferível esse montante do que não receber nada, tendo sido nessa base que o assunto foi levado à reunião de Câmara.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram colocados os três subsídios a votação, tendo sido o da Junta de Freguesia de Freineda aprovado, por maioria, com uma abstenção e os subsídios à União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha e Junta de Freguesia de Vilar Formoso, ratificados, por unanimidade.

3 – Atualização dos valores – Acordos de Execução das Associações de Freguesias;

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, relativamente à Atualização dos Valores dos Acordos de Execução das Associações de Freguesias, informou que, esta questão já se arrasta há algum tempo, tendo sido solicitados elementos à Associações de Freguesias para comprovar a questão dos pagamentos, tendo havido respostas dispares de algumas Associações, porque outras não responderam, tendo sido esse o facto que provocou o atraso.

Traz o assunto à reunião da Assembleia para se deliberar sobre a forma de apoio uma vez que os contratos de execução estão aprovados. Foi feita a presente alteração para se poder fazer o pagamento dos montantes que estão enunciados, considerando os retroativos que provocaram o aumento do vencimento mínimo até ao corrente mês, porque a partir de outubro as associações irão já receber com os valores corrigidos de acordo com os mapas em anexo, sendo a partir daí feita a respetiva transferência.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

4 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Almeida;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual referiu que, relativamente ao Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Almeida, já decorreu algum tempo e já deveria estar em funcionamento, passando agora a estar em condições de ser implementado, caso venha a ser aprovado pela Assembleia Municipal, para posteriormente se fazer o pedido para serem eleitos os elementos que têm que ser indicados pela Assembleia, aproveitando para isso a que irá ter lugar no próximo dia 13 de outubro.

Pelo Senhor Miguel Pinto, foram dados os parabéns à Câmara Municipal pelo facto de avançar com o projeto. Acha que será verdadeiramente beneficiador para o desenvolvimento socio económico, tendo em conta que se poderão discutir outro tipo de medidas, mais de um futuro que pode parecer longínquo, mas não é assim tanto, tendo em conta a internet inter-rápida, smartcities, coisas que poderão contribuir para um desenvolvimento económico mais a médio / longo prazo, aguardando pela primeira reunião do Conselho Municipal.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi o Projeto de Regulamento colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

5 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Saúde de Almeida;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, se trata de um documento que também

se tinham proposto fazer e que coincidiu com o aparecimento do COVID, mas a motivação não foi essa, mas aconteceu no momento mais certo para se poder trabalhar no sentido de ser reivindicada a melhoria constante que, é necessária fazer na saúde, proporcionando aos Municípios questões por resolver e que a Assembleia deve debater em relação à saúde e que têm de ser melhoradas.

Tendo sido detetada uma incorreção no ponto 2 do Regulamento onde se lê “As entidades referidas nos pontos 1 e 2”, deve ler-se “As entidades referidas no ponto 1”, assim como no artigo 14º, ponto 2, onde se lê “1 e 2” deve ler-se apenas ponto “1”.

Após efetuadas as devidas correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

6 – Projeto de Regulamento Orçamento Participativo de Almeida;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi novamente dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por pedir desculpa em relação a este processo pelo erro administrativo cuja cópia foi distribuída por todos, uma vez que o anterior não estava atualizado.

Sobre o referido Projeto de Regulamento o Senhor Presidente da Câmara referiu que deverão ser corrigidas algumas imprecisões apontadas pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de Freineda, mas que não alteram o conteúdo e não provocam uma alteração de substância do próprio Projeto de Regulamento e ao ser aprovado não põe em causa o trabalho que poderá ser feito até ao final do ano de 2020.

Assim sendo o Senhor Presidente da Câmara propôs as seguintes alterações:

No preâmbulo onde se lê “...que através de um processo de participação de democracia direta.”, deve ler-se “...que através de um processo de participação direta.”.

No artigo 3º existe a repetição do ponto 4, devendo um deles ser suprimido, devendo o último ponto 4 passar a ponto 5 e neste ponto, onde se lê “...através do exercício de um mecanismo de votação democracia direta.”, deve ler-se “...através do exercício de um mecanismo de votação direta.”. No ponto 6.2 do artigo 8º, onde se lê “...proposta conforme solicitado na alínea anterior...”, deve ler-se “...proposta conforme solicitado no ponto anterior...”. No artigo 9º, ponto 2 onde se lê “...com a presença do Presidente...” deve ler-se “...com a presença preferencialmente do Presidente ...”. No artigo 17º, ponto 1, onde se lê “As regras...” deve ler-se “As normas...”.

Pelo Senhor Miguel Pinto foram apresentadas duas questões que não são diretamente relacionadas com este Regulamento, mas sim sugestões relacionadas com o Orçamento para o próximo ano e metodologia da aplicação do mesmo.

Em primeiro lugar e para o corrente ano sugeriu que, a divulgação das sessões participativas de votação fosse maior do que no Orçamento Participativo anterior, das datas de cada Freguesia junto dos cidadãos daquela Freguesia, quer através de informail, flyers, ou o que seja permitido com as situações atuais. Para o próximo ano ou próximos orçamentos que isso se possa fazer devido aos constrangimentos, sugeriu a previsão de Assembleias Participativas em que, a população se pudesse juntar naquelas Freguesias a debater ideias antes da constituição das ideias no próprio Orçamento e antes da análise técnica.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi dito que, faz dele as palavras do Senhor Miguel Pinto, achando que, se deveria arranjar algo que, se pudesse agregar mais opiniões dentro das Freguesias e os próprios

habitantes perceberem ou demonstrarem o que realmente querem para as suas localidades. No anterior Orçamento Participativo alguém o chamou à atenção para uma das coisas que consta do Regulamento e não deve constar. O artigo 8º, ponto 13, alínea b) “Estejam previstas ou estejam a ser executadas no âmbito das Grandes Opções do Plano.”, sugerindo que “Estejam previstas”, devia ser retirado, porque se deparou com Opções de Plano, com rubricas dotadas com 50 ou 100 euros, isto é, a Câmara sabe que existe o problema, mas não tem intenção de iniciar ou o fazer dentro das Grandes Opções do Plano.

Mais referiu que, se aparece alguém que diz por exemplo a Rotunda de Almeida precisa de ser intervencionada, automaticamente esse projeto está nas Grandes Opções do Plano e é uma intenção Municipal, com uma rubrica de 50 €, a apresentação desse Plano é automaticamente retirado porque está nas Grandes Opções do Plano, por isso acha que não deve ser feito e o que mais pode ser é que, a execução dessas Grandes Opções do Plano estejam a ser realizadas e se estão muito bem, não vai alterar o projeto porque alguém se lembrou de apresentar uma alteração a um projeto que está a ser executado. Se há apenas uma intenção Municipal de realizar essa obra não poder ser candidatada, pensa que não deve ser feito, é a sua opinião.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, essa proposta seria para ser feita futuramente porque é uma questão substancial.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, em primeiro lugar agradecer no sentido de a Câmara ter atendido a algumas sugestões/alterações que a Junta de Freguesia de Freineda apresentou e esclarecer que não foi a Assembleia de Freguesia de Freineda, mas sim em reunião do Executivo da Junta de Freguesia de Freineda.

Agradeceu algumas alterações que foram feitas e que, para ele e para o Executivo da Junta era importante esclarecer, mas para além disso fizeram outras sugestões que, ao serem consideradas para este ano iriam implicar que todo o processo parasse o que não é intenção da Junta, mas muito pelo contrário a intenção é melhorar o Orçamento Participativo e que é uma ótima ideia desde que, seja bem feito. Nas várias sugestões que foram feitas e que não são contempladas para este ano elas vão exatamente ao encontro daquilo que, o Senhores Miguel Pinto e o Luis Fonseca também disseram, ou seja, uma das propostas que a Junta faz é que existem outros mecanismos de participação das pessoas e não excluir e não contemplar quase que o processo através da internet, conhecendo a realidade do nosso Concelho e as dificuldades das nossas populações nessa matéria. Em relação à votação também podem ser encontradas outras formas, fazendo aqui outras propostas, indo uma delas de encontro ao que o Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira disse.

Não compreende também o facto de uma proposta estar no Orçamento ou no Plano de Atividades da Câmara, seja um fator de exclusão, mas no seu entender até deveria ser um fator de reforço que, essa proposta fosse executada o mais rapidamente possível. Se a Câmara tem a obra no seu Plano de Atividades e se a população ainda por cima diz que a intervenção é importante, então até será um reforço para que seja executada, referindo que, as coisas estão pensadas neste caso ao contrário.

Mais disse que, existem outras coisas que, acharam importantes como para além da avaliação da existência de uma Comissão Técnica, também haver uma Comissão que tivesse uma opinião política, porque é de política que se está a falar e é obrigação de todos fazer considerações também sobre o que é ou não é importante o que poderia ser feito através da criação de uma nova Comissão com várias entidades que fossem julgadas competentes e relevantes para a matéria, ou inclusão de alguns representantes

políticos na Comissão Técnica que já existe. São assuntos a debater e sugeria uma vez que a Freineda já elaborou o documento que, ele possa também ser distribuído aos outros membros da Assembleia, para depois ser melhorado debatido por forma a que, se consiga que, este mecanismo incentive à participação democrática das pessoas seja cada vez melhor e mais útil.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, concorda com tudo o que foi dito, fazendo apenas uma correção que quando há uma indicação de uma intervenção que esteja no Orçamento da Câmara Municipal é porque há essa intenção, por estar dotada com 50 € não significa que ele não tenha mais ou menos prioridade que outra. O que aconteceu e o Senhor Presidente falou já nesta Assembleia e no seguimento do Orçamento Participativo que, houve propostas que foram excluídas, porque estava assim dessa forma, tendo-se comprometido executar essas intervenções.

Mais esclareceu que, as intervenções que estão previstas no Orçamento Participativo têm um montante limite, a fazer as intervenções conforme é proposto e desrespeitando o que estivesse no Orçamento, ir-se-ia fazer uma intervenção por exemplo de 15.000 € num local que possivelmente essa intervenção necessitaria de 20 ou 40.000 €, ou mais de intervenção, como foram os casos da rotunda do Alto e a Passagem Desnivelada de Vilar Formoso e que gostaria de ver resolvidos. Mas para isso tem que ter os projetos para tomar uma decisão e se existem algumas intervenções que estão dotadas e estão mais atrasadas é preciso dar prioridade aquelas por que tem preferência para serem feitas e se estão no Orçamento é sempre com intenção de serem feitas e pode sempre a Assembleia julgar a Câmara Municipal se a está a implementar ou não, na aprovação dos Orçamentos, Prestação de Contas e na informação que é dada pode sempre questionar porque ainda não foram realizadas, sendo que algumas ainda não foram realizadas porque ainda não existem os projetos, senão já estariam.

Em relação à possibilidade de fazer chegar o documento da Junta de Freguesia de Freineda a todos os membros da Assembleia, referiu que, não existe problema algum, ou o fazer chegar por e-mail ou até o fazer constar da ata.

Após efetuadas as alterações pontuais apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Projeto de Regulamento Orçamento Participativo de Almeida, a votação, tendo em conta que na sua opinião não altera o conteúdo de qualquer um dos pontos, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

Quanto à forma de votação proposta e uma vez que irá alterar o documento o Senhor Presidente da Assembleia disse que, apenas irá servir como sugestão para o Executivo em termos futuros.

7 – Moção Apoio à Construção do IC6, IC7 e IC37;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito que, esta moção também lhe foi enviada, no entanto, o Senhor Presidente da Câmara, solicitou-lhe que fosse agendado como ponto de discussão na ordem de trabalhos e com certeza irá explicar as respetivas razões.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este informou de que, a moção foi votada na Assembleia Intermunicipal em que é proposto a realização de obras prioritárias a desenvolver na região, nomeadamente o IC6, IC7 e IC37. O assunto foi apreciado em reunião de Câmara para reflexão, tendo proposto e aprovado por unanimidade, que estão solidários com estas reivindicações, devendo ser remetida à Comunidade Intermunicipal e Assembleia Intermunicipal e que fosse também dado

conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal para que as moções tenham um estudo das necessidades de investimento de uma forma mais global em termos da Região o que na sua opinião não está a acontecer, dando como exemplo alguns referentes ao Concelho de Almeida, nomeadamente a - abolição das portagens nas SCUT's A23 e A25 que é um assunto tão importante como os IC's; - Ligação da A25 / A62 a Vilar Formoso, porque seria importante que também houvesse esse apoio; - Melhoria da EN 332 e EN 233 – Ligação Inter-concelhia com o Sabugal, porque foi feita uma intervenção há vinte anos e voltou a ser aplicada a mesma metodologia, com recobrimento superficial e não era isso que deveria ter sido feito, mas sim uma melhoria de condições; - Beneficiação da EN 324 entre a A25 e a EN 233 – Ligação Inter-concelhia com o Alto / Sabugal e Pinhel, até porque muitas das Freguesias se situam ao longo dessa estrada que possui uma plataforma que deveria ser melhorada da mesma forma que são reivindicadas as IC's e colocadas na ordem do dia e nas pretensões da CIM.

Mais referiu que, poderia dar outros exemplos de interesse Regional, que considera que deveriam ser objeto de estudo e de reivindicação para que juntamente com os outros problemas de acesso à Saúde, Educação e outros serviços do Estado impedem as Autarquias de lutar contra a perda de população nos respetivos Territórios.

Mais referiu o Senhor Presidente que, a presente deliberação deveria ser remetida à CIM para ser objeto de aprovação e ser remetida às entidades responsáveis que gerem estas matérias.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, foi acrescentado que face à pandemia não viu a CIM destacar-se ou fazer alguma coisa, provavelmente estará a ver mal as coisas, mas como são os elementos mais baixos dentro da hierarquia Intermunicipal, mas não tem sentido que as Juntas de Freguesia tenham sido ajudadas, nem sequer um agradecimento por estarem no terreno, achando que a Comunidade não deve estar a funcionar muito bem.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito que, em 01 de fevereiro de 2019, abordou um assunto relacionado com a questão da Bitola Ibérica e da Bitola Europeia. Concorda com as reivindicações do IC's e na sua moção também falava delas, dizendo que são obras estruturantes a nível de acessibilidades. Concorda com a posição assumida pelo Executivo, voltando a referir da sua preocupação porque na altura que apresentou a moção falava em três pontos essenciais a nível de acessibilidades que, era a Modernização da Linha da Beira Alta, o Parque TIR, Ligação da A25 à A62 Vilar Formoso e uma obra que para a região é muito importante a ligação de Viseu / Coimbra em autoestrada e disse-o muitas vezes que preferia ir a Lisboa do que a Coimbra, apesar de ser metade da distância e gostaria a nível da Assembleia de referir também a obra de Viseu / Coimbra.

Relativamente à questão da Bitola Europeia que é o motivo de grande preocupação, porque numa notícia publicada em 31 de agosto de 2020, leu que “Portugal arrisca perder o comboio da Europa. Opção do Governo isola Portugal que pode ser dramática para as exportações avisa Mira Amaral. Governo diz que existe solução tecnológica para compensar a diferença dos 23 cm na distância entre carris, mas não revela qual. Espanha investiu mais de vinte mil milhões para converter as suas linhas Internacionais para Bitola Europeia, estamos a falar de décadas de atraso, lamenta Henrique Neto e o pior é que Portugal perdeu todos os apoios comunitários que foram dados à Espanha e aos Países do Leste.”

No mesmo jornal o Senhor Presidente da Assembleia leu ainda o seguinte:

51

“O Governo optou por manter as linhas do Corredor Atlântico em Bitola Ibérica pois garante que existe tecnologia que permite liga-la à Europa. Os críticos dizem estar em jogo o futuro das exportações e exigem esclarecimentos.” Depois “Governo assegura ser possível ligar o País ao Centro da Europa com Bitola Ibérica, mas não explica como o fará. Porque mudaram então os outros Países como Espanha para Bitola Europeia questionam os críticos.”

O Senhor Presidente da Assembleia pensa que e a expressão é mesmo essa de que, “nós perdemos o comboio” e gostaria que na resposta se concordasse com os IC’s, com as propostas do Executivo e com as três propostas que haviam sido enviadas à CIM, em 01 de fevereiro de 2019 e se referisse que é uma oportunidade perdida a intervenção que vai ser feita na Linha da Beira Alta, onde se vão gastar milhões de euros numa intervenção que não dá resposta para o futuro.

Mais referiu que, este seu protesto faça parte da resposta a enviar à CIM.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

8 – Moção - Regionalização;

Sobre este ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, o membro da Assembleia que apresentou a moção Dr. João Terreiro está a faltar tendo-lhe sido proposto para que o assunto fosse agendado para a próxima sessão Ordinária da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta de adiamento a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.

9 – Convênios de Constituição – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual fez um resumo da intenção que está por detrás da aprovação do Convénio e respetivos Estatutos para mais tarde se poder proceder ao registo da Associação e de pedir os pareceres às Entidades a que estão obrigados, nomeadamente ao Tribunal de Contas.

Esclareceu que, é um trabalho que já tem algum tempo e se está a desenvolver junto dos parceiros identificados, nomeadamente Ciudad Rodrigo, Fuentes de Oñoro, Vilar Formoso e o Concelho de Almeida, ou seja, estamos todos abrangidos nesta questão, havendo diferentes formas de ocupação e intervenção política do território.

Fruto das notícias e da participação em algumas reuniões acelerou-se a constituição deste AECT que é um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial que vai permitir fazer projetos para candidatura aos Programas Operacionais e aos Programas de Interreg que, se poderiam fazer individualmente, mas fazê-lo coletivamente, ganhando força nessa questão e poder chegar a fazer candidaturas diretamente ao Parlamento Europeu a verbas específicas que existem e é essa a pretensão. Houve diversas reuniões com a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, com a Coesão com Castilla Y León, tem conhecimento dos projetos e medidas que estão nos documentos aprovados. Desta intenção escreveu ao Primeiro Ministro António Costa e á Ministra da Coesão, solicitando-lhes que permitissem assinar estes documentos, durante a Cimeira Ibérica.

Informou de que, foi contactado pelo Gabinete do Primeiro Ministro nesse sentido a quem foram enviados os documentos, mas entretanto, foi adiada novamente a Cimeira Ibérica e ainda não foi marcada nova data estando-se a aguardar por uma data importante de que ficasse registada e que ficasse num ponto de agenda da parte política quer Espanhola quer Portuguesa, no sentido de olharem para esta Região do Interior, pensando que é o mecanismo onde se pode fazer projeto e cativar algum investimento que, possa ser aplicado na Região que representam.

Pela Dr^a Sónia Cunha foi dito que, na Natureza e Composição da Assembleia Geral, artigo 15º do ponto 2 alínea b) que diz “Cada membro Executivo estará representado na Assembleia Geral por dois elementos, um dos quais é o Presidente/Alcalde e o outro é o Vereador/Concejal designado pelo primeiro”.

O ponto 4 do mesmo artigo diz “A Junta de Freguesia de Vilar Formoso e os membros honorários têm voz, mas não votam”.

Pelo que entende há votação por parte de Ciudad Rodrigo, Fuentes de Oñoro, Almeida, e Vilar Formoso não vota, ou seja, se houver uma votação onde exista desacordo à partida a opinião Espanhola prevalece e ficará sempre a opinião Portuguesa em minoria, o que não lhe parece muito vantajoso.

Pelo Senhor Pinto foi dito que, a sua questão era precisamente a mesma da Dr^a Sónia, perguntando se havia alguma coisa pensada em relação aos membros executivos e não executivos.

Pelo Senhor Professor José Gonçalves, foi dito que, relativamente aos dois documentos e á pretensão do Município e da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, julga que apesar dos tempos adversos que passamos do ponto de vista sanitário e para que a criação da Eurocidade não seja um processo de cima para baixo e teve oportunidade de ler um pouco a história das restantes Eurocidades que, pensa que já sejam seis ou sete e para que isso não aconteça acha que, deveriam ser criadas condições para que a sociedade civil que faz parte do território do Concelho de Almeida, tomassem um pouco mais de conhecimento da criação da Eurocidade. Que se promovesse um diálogo com Associações, com Empresários e com Autarcas para envolvê-los a todos nesta dinâmica, porque uma Eurocidade é isso mesmo, é o movimento é uma sinergia, e se isto ficar apenas de cima para baixo e não tem também uma dinâmica de baixo para cima, corre-se o risco de ser apenas uma espécie/forma de cativar os tais investimentos comunitários que, pouco diz às pessoas. É com alguma estranheza e leu todas as atas do Executivo até agosto de 2020 e este tema não consta em nenhuma delas, para além do tema até hoje não ter sido agendado para a Assembleia Municipal. Sabe que os tempos são difíceis e o diálogo também se torna mais difícil, mas para que o processo não pareça que está a partir do Governo, não está a partir de cima para baixo, não está a partir da Câmara, pensa que todos deveriam ser mais envolvidos, sendo este o seu desafio.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi explicado que, concorda com a sugestão colocada pelo Professor Gonçalves e que os tempos que correm dificultam um pouco as questões, dizendo que a maior parte das reuniões foram feitas por videoconferência e não presenciais, acabando por terem um período onde o processo foi mais acelerado para que pudesse ser uma realidade neste momento que, achou ser importante. Concorda que uma Eurocidade só será se tiver Eurocidadãos, senão não o será, mas sim uma Associação pequena como está constituída no documento e esse medo que foi reportado também o tem, mas está a trabalhar com parceiros desde o início com interesses comuns, com projetos que vão implementar e há sempre uma forma de se fazerem ouvir dentro da Associação.

Vilar Formoso não tem direito a voto porque em termos orçamentais vai ser necessário colocar alguma verba que permita numa fase inicial funcionar a própria Associação, com projetos que possam vir a ser aprovados, sendo necessários reforços pontuais com verbas que a Junta de Freguesia não tem capacidade de aguentar, para ser um parceiro de pleno direito só havia uma forma que seria a do Município fazer o pagamento a dobrar para garantir que houvesse no mesmo território a mesma prevalência e neste contexto achou que não e que, se deveria fazer um pagamento igual entre três partes e Vilar Formoso é um parceiro que esteve sempre desde o início e que aliás é justo que fique em ata que a CCDRC foi quem impulsionou a Câmara a fazer este trabalho e houve sempre um acompanhamento dos técnicos que estão ligados a estes Programas. Já há alguns anos atrás tiveram visitas de algumas Eurocidades e estiveram em contato com eles, e a funcionar só existe uma Eurocidade a funcionar de uma forma plena, em intenções e efetiva umas quatro e as restantes na mesma situação que a nossa em fase de implementação. Para já é a única Eurocidade da Região Centro o que nos dá um posicionamento em termos regionais.

Em relação às votações informou que, se corre o risco se não houver entendimento entre as partes, mas as decisões que têm sido tomadas de forma unânime, o que não quer dizer que, no futuro, não se possam encontrar dificuldades e então aí terá que ser feita uma proposta de alteração dos Estatutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os Convênios de Constituição – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa, a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por unanimidade.

10 – Estatutos – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foram colocados os Estatutos – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – Eurocidade – Porta da Europa a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por maioria, com uma abstenção.

III – Período de Intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Pelo Senhor António dos Santos Fernandes e relativamente ao COVID -19 foi dito que, na Freguesia da Vermiosa havia uma série de casos e crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Almeida, perguntando se tem havido alguma intervenção ou algum caso conhecido.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi referido que, existe conhecimento por vários meios menos pelos oficiais, mas as crianças que foram identificadas e que estiveram em contato não vieram às aulas, ficando em isolamento profilático até conhecimento do resultado dos testes. Os que deram positivo ficaram em casa e os alunos que deram negativo regressaram à Escola. Como é do conhecimento a Câmara Municipal mandou fazer testes a todas as funcionárias da CAF, antes do início do pré-escolar, porque houve um caso positivo de uma criança. Sabe que a DGS estava completamente esgotada e não conseguia dar resposta em tempo útil e a Câmara substituiu-se por forma a assegurar o início do Ano Letivo com a elaboração de testes aos motoristas, funcionárias, alunos e aos pais para que se pudesse dar início ao novo Ano Letivo, tudo acontecendo até ao último segundo, mas felizmente os testes foram todos negativos. Alertou para o fato de todos estarem atentos porque estas questões

podem mudar de um dia para o outro. Sabe que há um caso em Vale da Mula, mas o Senhor Presidente da Junta poderá explicar melhor, mas em virtude da proteção de dados não sabe se testou positivo ou negativo e o Município como membro da Proteção Civil quer Municipal quer Distrital, não tem conhecimento do que está a acontecer o que não concorda e já falou nos órgãos e meios próprios, mas o certo é que não existe informação, mas lá se vão conhecendo alguns casos porque falamos uns com os outros, mas nada é oficial e assim é muito difícil trabalhar.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula foi dito que oficialmente não sabe de nada, mas tem conhecimento que um Senhor que veio de França testou positivo e que oito pessoas que estiveram com ele testaram negativo.

Mais informou de que, teve que fornecer os dados das pessoas envolvidas, perguntando afinal onde estava a proteção de dados.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 12:30 horas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª. Secretária Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro e 2º. Secretário João Paulo Pires Rolim, subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



A 1ª. Secretária,

O 2º. Secretário,